

# Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

---

v. 21 – n. 124

fevereiro/abril 2025

---

Repositório Autorizado de Jurisprudência  
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007  
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Classificação Qualis/Capes: B1

## Editor

Fábio Paixão

## Coordenadores

Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Oswaldo Henrique Duek Marques  
Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

## Conselho Editorial

Alice Bianchini – André Vinícius Espírito Santo de Almeida – Aury Lopes Júnior  
Carlos Ernani Constantino – Carolina Alves de Souza Lima – Celso de Magalhães Pinto  
César Barros Leal – Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cezar Roberto Bitencourt  
Claudio Brandão – Édson Luís Baldan – Eduardo Saad Diniz – Elias Mattar Assad  
Eloisa de Souza Arruda – Ester Kosovski – Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina)  
Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho – Fernando de Almeida Pedroso  
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gisele Mendes de Carvalho  
Guilherme de Souza Nucci – Gustavo Octaviano Diniz Junqueira  
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – João Mestieri – José Carlos Teixeira Giorgis  
Luciano de Freitas Santoro – Luiz Flávio Borges D'Urso  
Marco Antonio Marques da Silva – Marcus Alan de Melo Gomes – Michele Cia  
Nadia Espina (Argentina) – Orlando Faccini Neto – Oswaldo Giacoia Júnior  
Paulo Henrique Aranda Fuller – Raúl Cervini – Renato Marcão  
Rômulo de Andrade Moreira – Ryanna Pala Veras – Sergio Demoro Hamilton  
Tiago Caruso Torres – Umberto Luiz Borges D'Urso

## Colaboradores deste Volume

Alessa Sanny Lima Pereira – Anne Carolline Wilians Viera Rodrigues  
Antonio Henrique Graciano Suxberger – Camilo Alberto Quintero Jiménez  
Carolina Alves de Souza Lima – Cesar Luiz de Oliveira Janoti  
Izabela Maria Thomaz Storel – Luíza Nogueira Franco Carvalho Lima  
Matheus Barbosa Melo – Motauri Ciocchetti de Souza – Renee do Ó Souza  
Sílvia Beatriz Geisler Tramuja – Thiago Buschinelli Sorrentino  
Vinícius Almeida Bertaia – William Ruiz Patrício de Lima

## © Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: [editorial@editoramagister.com](mailto:editorial@editoramagister.com). Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

---

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

n. 1 (ago./set. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004-

Trimestral. Coordenação: Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Oswaldo Henrique Duek Marques e Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado.

n. 124 (fev./abr. 2025)

ISSN 1807-3395

1. Direito Penal – Periódico. 2. Direito Processual Penal  
– Periódico.

CDU 343(05)

---

**Ficha catalográfica:** Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

**Capa:** Apollo 13

## Editora Magister

**Diretor:** Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

# Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a centésima vigésima quarta edição da *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, destinada a contribuir para aperfeiçoar as ciências penais e processuais penais.

Iniciamos a seção de *Doutrina Nacional* com o texto de autoria de Carolina Alves de Souza Lima, Anne Caroline Wilians Vieira Rodrigues e William Ruiz Patrício de Lima, cujo título é “Cultura avessa à legalidade: origens históricas e impacto na atualidade”. A pesquisa visa refletir sobre a cultura avessa à legalidade, partindo do seu conceito para definir o que representa o seu avesso. Apresenta algumas passagens históricas nacionais e que levam a fenômenos como a cultura da violência e a corrupção.

A revista prossegue com o artigo intitulado “Justiça penal consensual no Brasil: evolução, perspectivas e desafios”. Renee do Ó Souza e Antonio Henrique Graciano Suxberger examinam os aspectos relacionados à evolução, perspectivas e principais desafios contemporâneos da justiça penal consensual em nosso país, enumeram e apresentam princípios reitores desse modelo de justiça, destacando a autonomia da vontade, oportunidade, o devido processo consensual, a ampliação da discricionariedade persecutória por meio da oportunidade e a adoção alargada do pragmatismo jurídico.

Na sequência, temos o estudo apresentado por Motauri Ciocchetti de Souza e Luíza Nogueira Franco Carvalho Lima, cujo tema trata sobre “Como o Estado social se concretiza na esfera penal: deveres do legislador e do intérprete na proteção dos direitos das mulheres”. Nele, os autores pretendem legitimar os deveres jurídicos de proteção suficiente aos direitos das mulheres em matéria penal, com fundamento na vedação à proteção deficiente.

Alessa Sanny Lima Pereira, Matheus Barbosa Melo e Izabela Maria Thomaz Storel participam da edição com a pesquisa “O efeito penal do reconhecimento judicial da extinção do crédito tributário pela decadência na persecução penal dos crimes tributários”. Os autores discorrem acerca do efeito do reconhecimento judicial da extinção do crédito tributário pela decadência, em especial no que tange à persecução penal do crime previsto no artigo 1º da Lei nº 8.137/90.

Seguimos com o estudo intitulado “O estrangeiro camusiano perante a ordem tributária: entre a indiferença da norma penal e a consolidação do absurdo no concurso de crimes e na continuidade delitiva”, escrito por Thiago

Buschinelli Sorrentino e Cesar Luiz de Oliveira Janoti. Os autores analisam a intersecção entre o direito penal e o direito tributário, enfocando como a discrepância entre essas áreas pode resultar em consequências desproporcionais para acusados de crimes contra a ordem tributária.

Vinícius Almeida Bertaia está presente nesta edição com a pesquisa “Transplante da teoria da perda de uma chance ao processo penal: uma análise crítica à luz da concepção racionalista da prova”. O autor analisa criticamente a transposição da teoria da perda de uma chance, originária da responsabilidade civil, para o processo penal brasileiro.

Finalizando a *Doutrina Nacional*, Silvia Beatriz Geisler Tramujas nos traz o artigo “Uma análise econômica do Acordo de Não Persecução Penal: a expansão da justiça penal consensual enquanto resposta eficiente à crise da justiça criminal”. A autora se propôs a fugir da perspectiva tradicional da dogmática e discutir os efeitos do Acordo de Não Persecução Penal por meio de uma análise econômica pautada pelo critério da eficiência de Kaldor-Hicks.

Finalizamos a edição com a seção reservada à *Doutrina Estrangeira* com o artigo “Validez, vigencia, justicia, efectividad y garantías en Ferrajoli. Un marco conceptual para realizar investigaciones integrativas en derecho procesal penal aplicado al caso del control judicial de los preacuerdos en Colombia” de autoria de Camilo Alberto Quintero Jiménez. A ideia central apresentada neste estudo é a de que o aparato conceitual desenvolvido por Luigi Ferrajoli na sua obra, composto pelas categorias de justiça, validade, vigência, eficácia e garantias, constitui um fecundo ponto de referência para projetar uma investigação integradora no domínio do direito processual penal.

Como coordenadores, estamos convencidos da excelência e atualidade dos textos apresentados, cuja leitura será, sem dúvida, de grande interesse para os estudiosos das ciências penais e processuais penais.

*Carlos Eduardo Adriano Japiassú*

*Oswaldo Henrique Duek Marques*

*Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado*

# Sumário

## Doutrina

1. Cultura Aversa à Legalidade: Origens Históricas e Impacto na Atualidade  
*Carolina Alves de Souza Lima, Anne Carolline Wilians Viera Rodrigues e William Ruiz Patrício de Lima* ..... 7
2. Justiça Penal Consensual no Brasil: Evolução, Perspectivas e Desafios  
*Renee do Ó Souza e Antonio Henrique Graciano Suxberger*..... 16
3. Como o Estado Social se Concretiza na Esfera Penal: Deveres do Legislador e do Intérprete na Proteção dos Direitos das Mulheres  
*Motauri Ciocchetti de Souza e Luíza Nogueira Franco Carvalho Lima*..... 39
4. O Efeito Penal do Reconhecimento Judicial da Extinção do Crédito Tributário pela Decadência na Persecução Penal dos Crimes Tributários  
*Alessa Sanny Lima Pereira, Matheus Barbosa Melo e Izabela Maria Thomaz Strel* ... 54
5. O Estrangeiro Camusiano Perante a Ordem Tributária: entre a Indiferença da Norma Penal e a Consolidação do Absurdo no Concurso de Crimes e na Continuidade Delitiva  
*Thiago Buschinelli Sorrentino e Cesar Luiz de Oliveira Janoti*..... 70
6. Transplante da Teoria da Perda de uma Chance ao Processo Penal: uma Análise Crítica à Luz da Concepção Racionalista da Prova  
*Vinicius Almeida Bertata* ..... 102
7. Uma Análise Econômica do Acordo de Não Persecução Penal: a Expansão da Justiça Penal Consensual Enquanto Resposta Eficiente à Crise da Justiça Criminal  
*Silvia Beatriz Geisler Tramujas* ..... 122

## Doutrina Estrangeira

1. Validez, Vigencia, Justicia, Efectividad y Garantías en Ferrajoli. Un Marco Conceptual para Realizar Investigaciones Integrativas en Derecho Procesal Penal Aplicado al Caso del Control Judicial de los Preacuerdos en Colombia  
*Camilo Alberto Quintero Jiménez*..... 136

## Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Legislação Especial. Paciente Condenado pela Prática do Crime de Tráfico Ilícito de Drogas. Pedido de Incidência da Causa Especial de Redução de Pena do § 4º do Art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Fixação de Regime Prisional Aberto. Substituição da Reprimenda Corporal por Sanções Restritivas de Direitos. *Habeas Corpus* Impetrado Contra Decisão Monocrática de Ministro do Superior

Tribunal de Justiça – STJ. Supressão de Instância. Sucedâneo de Revisão Criminal. Impossibilidade no Caso. Agravo ao qual se Nega Provimento <i>Rel. Min. Cristiano Zanin</i> .....	158
2. Superior Tribunal de Justiça – Acordo de Não Persecução Penal em Ação Penal Privada. Analogia. Cabimento. Legitimidade Supletiva do Ministério Público. Recurso Improvido <i>Rel. Min. Joel Ilan Paciornik</i> .....	164
3. Superior Tribunal de Justiça – Crime de Falso Testemunho (Art. 342 do Código Penal). Parentesco por Afinidade. Cunhada do Réu. Qualidade de Informante. Inaplicabilidade do Compromisso Legal. Tipicidade Não Configurada. Necessidade de Reexame de Provas. Recurso Especial Desprovido <i>Rel<sup>a</sup> Min<sup>a</sup> Daniela Teixeira</i> .....	179
4. Superior Tribunal de Justiça – Fixação de Indenização Mínima. Ausência de Indicação do Valor Pretendido na Denúncia que Impede o Exercício do Contraditório e da Ampla Defesa. Recurso Provido para Afastar o Valor Mínimo Indenizatório Fixado nos Termos do Art. 387, IV, do Código de Processo Penal <i>Rel<sup>a</sup> Min<sup>a</sup> Daniela Teixeira</i> .....	184
<b>Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários</b> .....	189